

METAFORIZAÇÃO E ARGUMENTATIVIDADE NO PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO/DO DISCURSO

METAPHORIZATION AND ARGUMENTATIVENESS IN THE SOCIAL REPRESENTATION PROCESS IN/OF DISCOURSE

Juçara Moreira TEIXEIRA*
Antônio Luiz ASSUNÇÃO**

Resumo: A Análise Crítica do Discurso e a Análise de Discurso Textualmente Orientada (FAIRCLOUGH, 1999; 2001) propõem uma análise empírica do material linguístico associado às Ciências Sociais a fim de compreender os discursos veiculados na sociedade. Adotamos essa perspectiva teórico-metodológica para analisarmos uma reportagem da revista *Veja*, a fim de elucidarmos os mecanismos linguístico-discursivos, ideológicos e sociais envolvidos na argumentação de um sujeito enunciativo que se posiciona no discurso, constrói sua argumentação e busca agir sobre o seu interlocutor, ao tentar convencê-lo da verdade que defende. Para analisarmos os mecanismos linguístico-discursivos, adotaremos as perspectivas de Lakoff & Johnson (2002) sobre as metáforas e de Ducrot (1987) sobre os pressupostos.

Abstract: The Critical Analysis of Discourse and the Textually-Oriented Analysis of Discourse (Fairclough 1999 and 2001) propose a empiric analysis of the language material related to Social Sciences to understand speeches aired in society. It is adopted this theoretic-methodological perspective to analyse news of *Veja* magazine to elucidate ideology and social language-speech mechanisms involved in the enunciator subject speech's argumentation, who stands in the speech, builds his argumentation and search to act over the listener, while trying to convince him about the truth that he/she defends. To analyze this language-speech mechanisms, it will be adopted the Lakoff and Johnson (2002) perspective about metaphors and the Ducrot (1987) perspective about assumptions.

Palavras-Chave: Argumentação; Sujeito; Discurso; Poder; Metáfora; Pressuposto.

Keywords: Argumentation; Subject; Discourse; Power; Metaphors; Background.

* Mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João Del-Rei, Minas Gerais. Professora de Língua Portuguesa (Centro Pedagógico/ Escola de Educação básica e profissional/ Universidade Federal de Minas Gerais), Brasil. Contato: jucaramoreirатеixeira@gmail.com.

** Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei, Minas Gerais (Promel/UFSJ), Brasil. Contato: assuncao@ufsj.edu.br

Considerações iniciais

A noção de certo e errado no que se refere aos usos linguísticos, tanto na oralidade quanto na escrita, tem sido uma constante em nossa sociedade. Grande parte do que se diz ou que do se acredita parece não ter alcançado força social apenas nas práticas escolares; mas, sobretudo, na mídia, veiculadora de discursos valorativos e normativos sobre o uso correto das regras gramaticais pelos falantes do português.

Assim, surgiram programas de televisão que enfocam o ensino da gramática do português, reportagens jornalísticas que tratam da questão do ensino do bem falar e do bem escrever, consultores linguísticos que respondem às perguntas de leitores em revistas e jornais, dentre outras práticas dessa natureza. Enfim, há todo um movimento de valorização do conhecimento das regras da gramática normativa do português e do chamado bom uso linguístico.

Aliadas a essas práticas já recorrentes, por exemplo, surgiram outras discussões, também reforçadas pela mídia, entre elas, citamos aquelas sobre o novo acordo ortográfico do português contemporâneo. Esses debates sobre a questão do uso da língua portuguesa têm movimentado a mídia brasileira, como também se constituído como um elemento de preocupação para muitos falantes letrados do português.

Nesse bojo de discussões presentes na mídia, em 12 de setembro 2007 foi publicada uma reportagem pela revista *Veja* cujo propósito era abordar as mudanças pelas quais o português estava passando, dentre elas o acordo ortográfico, além de defender a posição de que o falante precisa conhecer bem a língua para crescer profissionalmente.

Diante do histórico desse tipo de discussão já presente em nossa sociedade e da reportagem em foco, detivemo-nos a compreender e analisar os discursos veiculados nessa reportagem e como isso era feito linguística e discursivamente. Acreditávamos que à dissertação presente na reportagem estava relacionada a uma argumentação que buscava defender determinados posicionamentos discursivos para se fazer acreditar pelos leitores. Desse modo, o nosso foco foi buscar compreender como os posicionamentos discursivos foram construídos e instituídos, quais elementos de ordem cognitiva,

social e cultural convergiram para que eles se realizassem e como os discursos da revista foram construídos para se instituir como verdade.

Assim, para cumprir o nosso objetivo, realizamos a análise da reportagem de capa da revista *Veja* de 12 de setembro de 2007, intitulada *Riqueza da língua*, e a capa da revista cujo título é *Falar e escrever certo* – ambas abordando a temática do uso correto do português segundo a gramática normativa. Analisamos esse *corpus* à luz da abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso, sob uma perspectiva textualmente orientada, para compreendermos, por meio dos mecanismos linguístico-discursivos, como o sujeito se posiciona no discurso e constrói sua “reportagem-argumentação”, propagando ideologias e produzindo verdades a fim de convencer o outro e de demarcar posições que excluem/incluem o sujeito no sistema, conforme a rejeição ou aceitação do discurso que lhe é apresentado.

Perspectivas teóricas

Este trabalho se insere na abordagem teórico-metodológica denominada Análise Crítica do Discurso (ACD), uma perspectiva de Análise do Discurso textualmente orientada, conforme proposto por Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2001). A ACD propõe um diálogo entre as teorias sociais e as teorias linguísticas, estabelecendo assim um processo de transdisciplinaridade. Nesses termos, a ACD buscar efetivar uma articulação entre a ciência social crítica e a linguística. Considerada uma teoria e também uma metodologia, propõe-se uma análise empírica do material linguístico associado às ciências sociais, que seja relevante para o discurso e a linguagem.

Segundo o autor, esse quadro teórico incorpora duas contribuições teóricas sobre o discurso, extraídas dos trabalhos arqueológicos de Foucault:

A primeira é uma visão constitutiva do discurso, que envolve uma noção de discurso como ativamente constituindo ou construindo a sociedade em várias dimensões: o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do ‘eu’, as relações sociais e as estruturas conceituais. A segunda é a ênfase na interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou

instituição: os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam [...] e qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outras e é definido pelas suas relações com outras práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 64, grifo do autor).

Dos estudos foucaultianos, Fairclough (2001) considera significativa para a Análise de Discurso a visão de discurso como constitutiva, contribuindo para a produção, a transformação e a reprodução dos objetos da vida social. Nessa concepção, o discurso não possui uma relação passiva com a realidade, no sentido de a linguagem se referir aos objetos do discurso como transparentes e dotados de um único sentido; ao contrário, possui uma relação ativa com o mundo real, significando e (re)significando os objetos de discurso.

Nesses termos, tomamos o discurso como um fenômeno determinado socialmente e o concebemos como uma prática social, definida por sua relação estreita com a sociedade. A linguagem, considerada uma forma de prática social, constitui-se em discurso, visto como “um modo de ação, uma forma com a qual as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Essa visão da linguagem como prática social tem como implicações diretas a inclusão da prática discursiva como parte da sociedade, enquanto prática social, entre diversas outras, e a visão da linguagem como um processo que é socialmente condicionado. Uma concepção dialética que nos possibilita compreender que a representação dos fenômenos sociais por meio das práticas discursivas não reflete os fatos descritos, mas submete esses fatos a um tratamento linguístico-discursivo por um sujeito histórico, empenhado em uma prática social de produção de sentidos. Busca-se acentuar, deste modo, o fato de que a descrição dos fenômenos já é em si uma prática social, portanto, a linguagem faz parte do próprio processo social que se descreve.

Nesse sentido, Fairclough (1996) postula que, de um lado, os fenômenos linguísticos são sociais, pois enquanto prática social fazem parte das ações sociais em que os agentes estão empenhados, submetendo-se às convenções e regras que regulam as práticas discursivas no meio social; por outro lado, os fenômenos sociais são

linguísticos, pois a relação que se estabelece entre linguagem e sociedade não é de transparência, em que os fatos do mundo seriam refletidos no discurso como imagens em um espelho. Os textos, conclui-se, não só descrevem o real, mas também constroem as condições de legitimação do real que constrói, busca obter adesão de seus interlocutores e, para isso, interfere nas representações do real produzido ao se constituir como texto, atribuindo valores positivos e/ou negativos aos objetos do mundo que descreve.

A concepção da linguagem como prática social, portanto, permite compreender o discurso como resultado do trabalho do locutor. Nesse processo de construção do sentido e, por assim dizer, de construção das condições de legitimação de sua descrição, o locutor faz uso do sistema linguístico, operando escolhas para a discursivização de sua visão de mundo. Assume importância, desse modo, os aspectos da textualidade que o locutor acionou para obter a adesão de seu interlocutor.

No que se refere à análise dos aspectos textuais, voltaremos para o processo de metaforização como procedimento de argumentação. Para isso, buscaremos articular o quadro teórico da ACD com dois outros domínios teóricos, a teoria da metáfora, proposta em Lakoff e Johnson (2002) e os estudos enunciativos de Ducrot (1987). Contudo, é importante ressaltar que se deve compreender a metáfora como um mecanismo discursivo, de acordo com o qual o locutor organiza sua visão de mundo e, portanto, a análise do processo de metaforização pode permitir o acesso aos valores ideológicos e às crenças que esse locutor coloca em circulação.

Para Lakoff e Johnson (2002), a metáfora define-se como um mapeamento intra-domínios, o que implica reconhecer no procedimento metafórico o cruzamento de domínios distintos da experiência humana. Essa nova visão da metáfora recusa necessariamente algumas concepções tradicionais que dizem respeito não só à natureza como também ao papel da metáfora no discurso. Em primeiro lugar, coloca-se em xeque que a linguagem convencional seja completamente demarcada pela literalidade dos sentidos, com os conceitos sempre amarrados a uma referência pré-definida. Em segundo lugar, e como consequência da primeira, questiona-se a presunção de valor atribuído à linguagem literal em termos de falsidade ou veracidade e também a presunção de que as definições

lexicais estejam fundadas na literalidade dos sentidos e não sob uma base metafórica. Essas presunções tinham sua origem na concepção objetivista e positivista da linguagem que lhe atribuía uma pré-literidade e desconsiderava a ação dos falantes sobre a linguagem.

Sob esse ângulo, como modo de representar os domínios da experiência, a metáfora interessa à Análise Crítica do Discurso, uma vez que possibilita o desvelamento dos processos de representação da realidade por um dado locutor quando da elaboração de seu texto. Através do exame das expressões metafóricas e de suas manifestações linguísticas podem-se observar as condições de produção do discurso, as restrições impostas e o modo como a ideologia trabalha a linguagem. Esse desvelamento só é possível tendo em vista que a ação dos mecanismos metafóricos pressupõe a eleição de pontos de contato entre dois domínios. Essa operação de mapeamento intra-domínios e inter-domínios implica a ênfase em determinados aspectos de um domínio em detrimento de outros. Nesse jogo de destacar as semelhanças em detrimento das diferenças, pode-se perceber a construção discursiva da representação da realidade que se pretende descrever.

Desse modo, ao adotarmos a proposta de Lakoff & Johnson (2002) como um procedimento argumentativo do sujeito enunciador, pretendemos observar seu posicionamento discursivo ao atribuir valores que ora se inserem em campos conceptuais distintos, ora positivos ora negativos, variáveis conforme o posicionamento adotado em sua argumentação.

A partir dessa mesma perspectiva, pretende-se analisar a presença dos implícitos (DUCROT, 1987) presentes na argumentação, sobretudo os pressupostos, por se constituírem em outro mecanismo linguístico-discursivo adequado à identificação de posicionamentos discursivos, ideologias e formas de domínio do outro por aquele que detém o saber e se encontra autorizado para afirmá-lo e reafirmá-lo.

Por fim, como metodologia de análise, adotamos a concepção de poder e saber-poder de Foucault (1996; 1999), a fim de elucidarmos como o sujeito enunciador propaga o saber e constrói verdades em seu discurso, o qual se constitui em poder que agrega/inclui ou segrega/exclui o sujeito no/do sistema, conforme a aceitação ou a rejeição da argumentação que lhe é apresentada.

As metáforas e os pressupostos: marcas de posicionamento e produção de sentidos nos discursos

Adotar a ACD, sob a perspectiva de uma análise de discurso textualmente orientada, como posicionamento teórico e analítico implica em olhar para o *corpus* a fim de identificarmos quais são os mecanismos linguísticos e discursivos envolvidos na construção do discurso. Do mesmo modo, demanda reconhecermos o discurso como prática social, no qual se manifestam relações de poder e ideologias que se expressam por meio da materialidade linguística.

Assim, ao analisarmos o *corpus*, observamos a existência de uma argumentação cujo posicionamento se fazia por meio de campos conceptuais metafóricos. Além disso, notamos também que os posicionamentos do sujeito podiam também ser identificados por meio da análise dos pressupostos, os quais revelavam não ditos que se constituíam em elementos para a instituição do(s) discurso(s) que se deseja instituir.

Em seus estudos sobre as metáforas, Lakoff & Johnson (2002) desmistificaram a ideia inicial de que a metáfora estaria associada apenas aos textos poéticos. Segundo os estudiosos, elas fazem parte da vida cotidiana e não se limitam apenas à linguagem, mas se relacionam ao pensamento e à ação dos sujeitos. De acordo com eles, “nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 45).

Esse sistema metafórico do qual eles falam é constituído culturalmente e se relaciona ao modo como cada povo constrói a sua realidade, organiza seus pensamentos e suas ações pela linguagem. Desse modo, ele pode ser considerado uma questão de ordem cultural e social, apresentando peculiaridades e diferenças conforme se alterem os povos e as culturas.

Segundo os autores, há domínios específicos aos quais as metáforas pertencem, a que eles designam de “campos conceptuais”. Os teóricos defendem que esses campos conceptuais não são aleatórios, mas se fundamentam em nossa experiência física e cultural.

Fairclough (2001), ao falar das metáforas sob a perspectiva de Lakoff e Johnson (2002, p. 241), afirma:

As metáforas estruturam o modo como pensamos e como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença de uma forma penetrante e fundamental. [...]. Algumas metáforas são tão profundamente naturalizadas no interior de uma cultura particular que as pessoas não apenas deixam de percebê-las na maior parte do tempo, como consideram extremamente difícil escapar delas no seu discurso, pensamento ou ação, mesmo quando se chama sua atenção para isso.

Como podemos depreender do trecho citado, as metáforas são parte da cultura e se manifestam na linguagem, numa relação de codependência na qual pensamento, relações sociais, cultura e linguagem estão intrinsecamente relacionados.

Considerando essa teoria, defendemos que o uso de metáforas também pode contribuir para estabelecer relações conceituais que orientam a argumentação, posiciona o sujeito no discurso e demonstra como esse sujeito constrói significados para aquilo que defende ou refuta, e é isso que pretendemos mostrar na análise ora proposta.

Associada às metáforas como elementos de identificação de posicionamento no discurso e de produção de sentidos está a noção dos pressupostos, os quais são considerados os implícitos do discurso, passíveis de serem percebidos pela identificação do não-dito.

Ducrot (1987), ao tratar dos conteúdos pressupostos, afirma que o pressuposto é “apresentado como uma evidência, como um quadro incontestável no interior do qual a conversação deve necessariamente inscrever-se, ou seja, como um elemento do universo do discurso” (p. 20). Ele acrescenta ainda que, “introduzindo uma idéia sob forma de pressuposto, procedo como se meu interlocutor e eu não pudéssemos deixar de aceitá-lo” (p. 20). O não-dito opera como mecanismo de controle do discurso, pois ao dizer X exclui-se Y, nega e/ou renega o dizer presente no não-dito, sendo esse um mecanismo que pode ser utilizado como forma de marcar posições e poder no discurso.

Sobre esse mecanismo de poder que os implícitos induzem, Assunção (2005, p. 22) afirmou: “os sentidos implícitos legitimam e reproduzem relações de poder através do efeito de sentido de consenso a que eles estão associados ou mesmo criam”. Assim, estabelece-se um consenso de que há um dizer instituído, considerado aceitável, e um dizer não instituído e, portanto, inaceitável, os quais são considerados como partilhados por locutor e interlocutor. Entretanto, esse consenso

traz mecanismos ideológicos de dominação em que o locutor busca vencer o interlocutor ao convencê-lo de determinadas verdades.

Como observou Fairclough (2001), através dos sentidos implícitos podemos perceber ideologias que acabam por adquirir um caráter de senso comum sem que o interlocutor perceba. Esse é um mecanismo de dominação que se assenta no discurso e possui mais poder que a força física, pois leva o sujeito a agir e enunciar a partir de determinados discursos sobre quais ele foi convencido.

O controle invisível estabelecido no/pelo discurso

Ao abordar as relações de poder, Foucault (1999) afirma que na Idade Média o poder era visível e baseava-se no uso da força e do sangue. Com a ascensão da burguesia e o surgimento de novas formas de trabalho, o domínio deixou de ser exercido por um senhor soberano, com poderes absolutos, e foi transferido para as instituições disciplinares como as escolas, famílias, igrejas, hospitais, as quais passaram a exercer o controle sobre o sujeito e estabeleceram novas relações de poder.

Assistiu-se à passagem de uma sociedade baseada no sangue e na lei para uma sociedade baseada no corpo e nas normas. Surgiu assim a sociedade disciplinar, que se caracterizava pelo controle-repressão exercido pelas instituições. Com o passar do tempo, as instituições foram abrindo espaço para novas formas de estabelecimento de poder e este passou a ser exercido não mais pela força física nem pela repressão visível, mas pelo poder invisível das instituições, baseado nas normas e nas regras que cada uma instituía e fazia cumprir. Mais do que pela própria instituição, o poder passou a ser exercido pelos discursos que cada instituição produz, substituindo assim o controle que se fazia pela força física e repressão pelo controle invisível dos discursos.

Nesse novo sentido de poder, o sujeito que se posiciona no discurso deve estar autorizado a fazê-lo, há que se ter uma instituição que o autorize e o capacite a dizer, para que seu discurso se institua como verdade e com autoridade. Nesse jogo discursivo do poder determina-se quem pode dizer o quê, quando e para quem, haja vista que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo

em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Fairclough (2001) partilha com Foucault a afirmação de que o poder faz parte das práticas sociais cotidianas e está em toda parte. Ele possui a habilidade de esconder seus próprios mecanismos e não é imposto; ao contrário, está inserido de forma sutil nas relações sociais, muitas vezes por meio da ideologia. Essa concepção de discurso considera que os diversos traços formais de um texto, local onde podemos encontrar “discursos”, podem ter investimento ideológico e relações de poder.

Tal concepção é também exposta em *Discourse in late modernity* no qual Chouliaraki & Fairclough (1999) afirmam que as relações de dominação no e pelo discurso são ideológicas e no discurso se manifestam as representações de uma prática social.

Essas relações de poder estabelecidas no/pelo discurso devem ser consideradas também quando nos referimos à produção de saber e à vontade de verdade sobre as quais Foucault (1996) também dissertou. Ele afirma que o saber se constitui sob as tramas do poder, o qual elege determinados saberes em detrimento de outros. Segundo o estudioso, o que é considerado como verdadeiro ou falso em uma determinada época está relacionado ao sistema de poder, pois é o poder que assim o determina.

Quem possui os saberes eleitos como verdadeiros, porque o poder assim os determinou, é considerado privilegiado, pois está de acordo com uma instituição maior que o controla. Por outro lado, aquele que não detém o saber eleito pela instituição está excluído, ficando, portanto, segregado do sistema.

Como se vê, pelo exposto até aqui, na sociedade de controle o poder não se exerce por meio da violência, mas atua de modo invisível por meio de discursos que usam mecanismos invisíveis que agregam ou segregam o indivíduo, conforme a adesão ou não ao poder instituído que se propaga em forma de discursos.

O posicionamento do sujeito no discurso: estabelecimento de poder e produção de verdades

Para compreendermos como foi elaborada e conduzida a argumentação na reportagem em estudo, torna-se necessário

analisarmos como os mecanismos linguístico-discursivos utilizados demonstram a posição do sujeito no discurso e como, pelo discurso, o sujeito constrói verdades e estabelece relações de poder.

Analisaremos inicialmente a capa da revista *Veja*, a fim de elucidarmos alguns aspectos iniciais referentes à metaforização que serão relevantes para a análise posterior da argumentação da reportagem. A revista *Veja* (2007) traz em sua capa o desenho de uma letra A que quase alcança um céu azul e com algumas nuvens brancas. Uma escada se encontra apoiada nessa letra e há uma executiva que a sobe, como se buscase alcançar o céu. Abaixo da letra A há o seguinte enunciado:

(1) Falar e escrever certo (*VEJA*, 12 set. 2007, p. 1).

E do lado esquerdo há três enunciados:

(2) Como o domínio da língua impulsiona a carreira

(3) Os 10 erros de Português que arruinam as suas chances

(4) A ansiedade com a nova reforma ortográfica (*VEJA*, 12 set. 2007, p. 1).

Podemos perceber que a argumentação se desenvolve a partir da relação entre ideias que se opõem, cada qual pertencente ou ao campo conceptual do positivo, favorável ao posicionamento do enunciatador, ou ao negativo, ao qual ele se opõe. Esses pares antitéticos são considerados como pertencentes a campos metafóricos diferentes que estabelecem a seguinte dicotomia:

I – Crescer e ter sucesso na carreira profissional por dominar a norma culta do português pertencem ao campo metafórico do ALTO.

II – Não ter sucesso na carreira ou tê-lo comprometido por não dominar a norma culta do português pertence ao campo metafórico do BAIXO.

O esquema a seguir representa essa divisão que se expressa metaforicamente na reportagem:

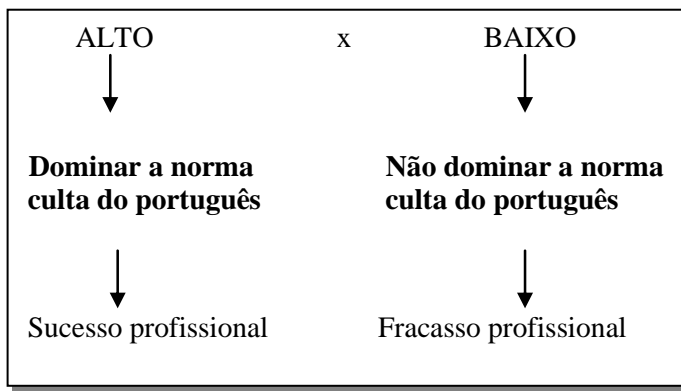


Figura 1- Representação da metáfora orientacional

Segundo Lakoff e Johnson (2002), esse tipo de representação metafórica pode ser designado “metáfora orientacional”, pois se fundamenta na orientação espacial, como: “para cima – para baixo, dentro – fora, frente – trás, em cima de – fora de (on-off), fundo – raso, central – periférico” (p. 59). As “metáforas orientacionais” atribuem uma orientação espacial a um determinado conceito, conforme Lakoff & Johnson (2002) demonstram: “Status superior é para cima; status inferior é para baixo” (idem, p. 63). De acordo com eles, essa metáfora possui uma base física e social, pois “status é correlacionado ao poder (social), e poder (físico) é PARA CIMA.” (idem, p. 63). Consequentemente, não ter *status* está relacionado à falta de poder, o que indica a posição PARA BAIXO.

Conforme se vê, a argumentação da reportagem se desenvolve a partir da oposição “ALTO X BAIXO”. Assim, podemos encontrar nos discursos nela veiculados alguns enunciados que se relacionam a ambos os domínios.

A dicotomia entre ALTO, considerado como positivo, e BAIXO como negativo é um traço linguístico que não se fundamenta apenas na língua e se limita a ela. Esse é um elemento da nossa cultura judaico-cristã em que o ALTO se relaciona ao céu, ao elevado, ao enaltecido, enquanto o BAIXO se relaciona ao inferno, ao de menor valor, ao declínio, ao que é símbolo de vergonha.

Assim, na capa, temos os enunciados (2) e (3) que marcam essa oposição, além da presença do icônico que remete ao céu como símbolo do ALTO.

Para compreendermos como a dicotomia entre ALTO e BAIXO se realiza, é importante considerarmos a “tematização”. Segundo Fairclough (2001), o que é colocado como tema é considerado mais relevante, aquilo que possui “proeminência informacional” (p.221).

Nesse sentido, observamos que o enunciado “domínio da língua” foi escolhido como o tema de um dos enunciados da capa e tal escolha revela o que o sujeito escolhe como mais relevante, o foco que sinaliza a posição defendida por ele. O uso do verbo “impulsionar” (no texto, “impulsiona”), por seu sentido relacionado a levar para o *alto*, se relaciona ao campo metafórico do ALTO, do elevado. Esse é, portanto, o argumento que pertence ao campo metafórico do ALTO e que marca o posicionamento do sujeito como favorável a ele, principalmente se o relacionarmos à foto da capa que faz uma apologia ao domínio da norma padrão como aquilo que conduz ao céu, ao topo, ao sucesso.

Contrário a esse posicionamento e que demonstra outro ponto de vista do sujeito no discurso é o enunciado (3). O enunciado “10 erros de português” foi tematizado e como tal possui sua importância para a argumentação. Ao associá-lo ao verbo “arruinar” (no texto, “arruinam”), o enunciador expressa sua posição: coloca-se contra o erro e a favor da norma padrão. O verbo “arruinar” (no texto, “arruinam”), por seu significado de levar a ruínas, de fazer cair em ruínas e de decadência, inscreve o enunciado (3) no campo metafórico do nível do BAIXO, daquilo que é decadente e rejeitado, sendo o tema “10 erros de português”, portanto, rejeitado pelo sujeito do discurso.

Outros enunciados aparecem ao longo da reportagem, demarcando essa separação: o ALTO é o positivo e se constitui no posicionamento favorável que o sujeito enunciador adota e o BAIXO é o negativo, ponto de vista que ele elege para reforçar a sua argumentação, mas que, ao tematizá-lo como negativo, demonstra o que se rejeita. Os exemplos de (5) a (8) demonstram o posicionamento do sujeito no discurso. Observe que todos eles são favoráveis à norma padrão e todos apresentam palavras que remetem ao campo conceptual do nível do ALTO, metaforizando-o como o positivo.

(5) Engenheiros, médicos, economistas, contabilistas e administradores que falam e escrevem certo, com lógica e riqueza vocabular têm mais chance de chegar ao topo [...] (TEIXEIRA, 2007, p. 88).

(6) Ferramenta fundamental na carreira e no crescimento pessoal, o português pode ser transformado por um acordo ortográfico (TEIXEIRA, 2007, p. 88).

(7) Diversas pesquisas estabelecem correlações entre tamanho do vocabulário e habilidade de comunicação, de um lado, e ascensão profissional e ganhos salariais, de outro (TEIXEIRA, 2007, p. 89).

(8) (...) uma maneira de se destacar na carreira e na vida é mostrar nas comunicações formais perfeito domínio da tradicional norma culta do português (TEIXEIRA, 2007, p. 90).

Assim temos no enunciado (5) a expressão “chegar ao topo”; no (6) o substantivo “crescimento”; no (7) o substantivo “ascensão” e no (8) o verbo “destacar”. Pela análise dos enunciados, percebemos que as palavras e expressões que remetem ao ALTO se relacionam ao domínio da norma padrão, confirmando assim o que foi afirmado anteriormente.

Pela análise dos mecanismos linguístico-discursivos, podemos perceber como o sujeito enunciador se posiciona no discurso para persuadir os leitores. Ele objetiva convencer o seu interlocutor a aceitar determinadas “verdades”, sendo que

convencer o outro é vencê-lo em um domínio discursivo, em que o jogo das diferentes vozes enunciativas, refletidas a partir de distintos lugares de enunciação, no sentido de Ducrot (1987), surgem como procedimento poderoso no processo de argumentação (ASSUNÇÃO, 2005, p. 16).

O sujeito enunciador se posiciona de um determinado lugar no discurso que o autoriza a dizer o que se diz e que faz seu enunciado adquirir valor. O fato de ser a revista *Veja* a instituição que autoriza o sujeito a emitir tais enunciados faz com que o conteúdo informacional seja considerado relevante e digno de credibilidade.

Nesses enunciados, podemos identificar um sujeito que detém um saber ou se apropria de saberes autorizados e por isso se coloca em uma posição de poder, haja vista que o saber e a instituição o

capacitam a fazer tais afirmações, conferindo credibilidade ao seu dizer.

Esse sujeito normativo, propagador de um discurso igualmente normativo, pode ser identificado principalmente no enunciado (1) “Falar e escrever certo”. O adjetivo “certo” deixa implícito que há um errado, bem como explicita que só terão sucesso e chegarão ao topo da escada, como demonstra a imagem da capa, aqueles que seguirem o certo, portanto, quem aderir ao discurso normativo do sujeito enunciatador.

O enunciatador desse discurso, que se propõe a mostrar o certo e a dar informações sobre a reforma ortográfica, possui credibilidade para fazê-lo porque demonstra possuir o saber ou ter contato com quem o possui. Assim, a autoridade para dizer lhe é dada por uma instituição e pelos discursos de autoridade dos quais ele se apropria para validar sua argumentação.

Desse modo, o discurso de autoridade muitas vezes se apresenta na reportagem por meio do discurso indireto. Para validar sua argumentação, o sujeito utiliza-se de outras vozes possuidoras do saber e que se manifestam por meio da citação indireta, contribuindo assim para o posicionamento adotado por ele.

A respeito da utilização do discurso indireto, Maingueneau (2001) afirma que ele está relacionado aos objetivos que se tem em mente. Segundo o estudioso, as outras vozes do discurso, apresentadas em forma de discurso direto ou indireto, são recortes subjetivos de um sujeito que se posiciona de um determinado lugar do discurso e seleciona informações para validar e confirmar seu posicionamento.

Essas vozes aparecem na reportagem como forma de manifestar um saber e de persuadir o leitor de que tal afirmação é confiável. Alguns fragmentos do texto apresentam casos de discurso indireto como forma de convencer o leitor a considerar a norma padrão como norma a ser seguida.

(9) Nas grandes corporações, os testes de admissão concedem à competência lingüística dos candidatos, muitas vezes, o mesmo peso dado à aptidão para trabalhar em grupo ou ao conhecimento de matemática (TEIXEIRA, 2007, p. 89).

(10) Diversas pesquisas estabelecem correlações entre tamanho de vocabulário e habilidade de comunicação, de um lado, e ascensão profissional e ganhos, de outro (TEIXEIRA, 2007, p. 89).

(11) Um estudo feito em 39 empresas americanas mostrou que a chance de ascensão profissional está diretamente ligada ao vocabulário que a pessoa domina (TEIXEIRA, 2007, p. 88).

Pelos fragmentos acima, podemos ver que o sujeito discursivo utiliza-se de outras vozes para marcar sua posição e validar seu discurso. O argumento de autoridade é o das empresas que avaliam os benefícios de conhecer e seguir a norma padrão, haja vista que, para persuadir o leitor, se deve colocar o argumento de autoridade daquelas que irão avaliá-lo e colocá-lo em uma posição de destaque, caso ele se adeque às normas. Do mesmo modo, os estudos desenvolvidos e publicados, conforme apontado em 10 e 11, reforçam a argumentação do sujeito enunciador ao destacarem a importância de conhecer bem a língua e dispor de um rico vocabulário para ascender profissionalmente.

A reportagem não utiliza apenas o discurso indireto como forma de persuadir e marcar autoridade. Nela também são incluídas, por meio do discurso direto, vozes de linguistas, gramáticos, escritores e professores para que expressem os seus saberes sobre a reforma ortográfica. Esse também é um mecanismo de persuasão e de estabelecimento de poder por meio do saber, pois este último é que demarca quem pode dizer o quê e até que ponto se pode dizer. No que se refere a questões mais peculiares da reforma ortográfica e da própria língua portuguesa, somente linguistas, gramáticos e professores falaram dos possíveis efeitos da reforma para o idioma e seus falantes, sendo que a opinião dos escritores só foi incluída em boxes complementares à reportagem.

Para compreendermos o porquê dessa divisão, recorreremos ao que Foucault (1996) chamou de “procedimentos de exclusão”, entre os quais ele destaca o da “interdição”: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (p.9).

Ele reconhece que é necessário ser autorizado para falar, ou seja, “qualquer um não pode falar qualquer coisa”, pois é um “direito privilegiado” do sujeito que fala – nesse caso, os linguistas, gramáticos e professores –, pois há um saber que lhe dá poder para falar. Esse saber-

poder lhe é concedido por uma instituição específica, à qual cada um pertence ou já pertenceu, que os capacitou para ocuparem tal posição.

Assim, o enunciado (1) “Falar e escrever certo” explicita essa relação de saber-poder bem como promove uma ideia e veicula um valor, para assim alcançar pessoas que se convençam de que quem fala e escreve certo tem sucesso pessoal e profissional. Esse enunciado (1) ativa um pressuposto de que quem fala e escreve errado não tem ou não terá sucesso na vida profissional. Ele é visto como algo que tanto o locutor quanto o interlocutor conhecem, estabelecendo um saber partilhado como forma de dominar o interlocutor pelo discurso ao lhe dizer: “você sabe que tem um errado e estou lhe dizendo que você deve seguir o certo que afirmo”.

Nesse sentido, podemos afirmar que no enunciado (1) estabeleceu-se um “certo” em oposição a um “errado”, dando-lhes o caráter de senso comum, considerando-o como partilhado por locutor e interlocutor; porém, esses são mecanismos ideológicos de dominação daquele que detém o poder. O consenso, então, não funciona como senso comum, no sentido de comum acordo entre as partes, mas de domínio de um sujeito por outro que fala de um determinado lugar, autorizado por uma determinada instituição e detentor de um determinado saber.

Na argumentação realizada na reportagem, podemos notar que o que é estabelecido como verdade está relacionado a quem diz e à finalidade da argumentação, bem como a um poder que o capacita e autoriza a dizer. Como a finalidade da argumentação é convencer o interlocutor da importância e dos benefícios da norma, são utilizados argumentos, com marcas linguísticas explícitas que ativam implícitos, para alcançar o propósito do sujeito discursivo. Diversos enunciados na reportagem assim o demonstram:

(12) Dominar a norma culta de um idioma é plataforma mínima de sucesso para profissionais de todas as áreas (TEIXEIRA, 12 set. 2007, p. 88).

(13) Engenheiros, médicos, economistas, contabilistas e administradores que falam e escrevem certo, com lógica e riqueza vocabular têm mais chance de chegar ao topo do que profissionais tão qualificados quanto eles mas sem o mesmo domínio da palavra (TEIXEIRA, 2007, p. 88, 89).

(14) A diferença entre um sucesso e um vexame pode ser determinada por um simples crase mal utilizada (TEIXEIRA, 2007, p. 89).

(15) Diversas pesquisas estabelecem correlações entre tamanho de vocabulário e habilidade de comunicação, de um lado, e ascensão profissional e ganhos, de outro (TEIXEIRA, 2007, p. 89).

(16) Um estudo feito em 39 empresas americanas mostrou que a chance de ascensão profissional está diretamente ligada ao vocabulário que a pessoa domina (TEIXEIRA, 2007, p. 88).

(17) Por enquanto, uma maneira de se destacar na carreira e na vida é mostrar nas comunicações formais perfeito domínio da tradicional norma culta do português (TEIXEIRA, 2007, p. 90).

Em (12) há um implícito de que quem não domina a norma culta não tem sucesso profissional. Uma comparação é feita em (13), demonstrando que quem escreve certo e com riqueza vocabular terá mais chances de crescer do que quem não possui essas qualidades. Em (14), a antítese sucesso/vexame marca um implícito: quem acentua mal, ou seja, não conhece a norma culta, cometerá um vexame. Os enunciados (15), (16) e (17) atribuem ao domínio da norma o sucesso profissional e a maior chance de crescer profissionalmente, ativando um implícito de que quem não domina não alcançará o sucesso.

Pelos enunciados de (12) a (17), podemos perceber que quem se coloca do lado da norma e, principalmente, se deixa convencer pela argumentação do sujeito discursivo, alcançará os benefícios e será incluído no sistema. Entretanto, quem não aceita a argumentação do sujeito enunciativo e não aceita a norma, como bem demonstram os implícitos, está segregado, excluído e sem possibilidades de crescer profissionalmente. Esse sujeito que fala no discurso coloca-se em uma posição privilegiada que o capacita a veicular discursos que instauram divisões entre os sujeitos sociais, agregando-os ou segregando-os, conforme sigam ou não a norma culta defendida na reportagem.

De acordo com Piovezani Filho (2004), “há um movimento social que contempla e descarta, que privilegia e segrega, quando se trata de língua, de corpo e de cidade” (p.134). Esse movimento repercute na mídia, que constrói representações da realidade e estabelece determinados valores como ideais, constituindo-se assim em uma instituição que possui o poder para propagar determinados saberes e “verdades”.

Assim, na sociedade atual, não se encontra o “controle-repressão”, que caracterizava a sociedade disciplinar, mas o “controle-estimulação”, próprio das sociedades de controle, conforme apontado por Foucault (1985).

Segundo Piovezani Filho (2004), no que se refere à língua, há uma interdição que segrega e alija os indivíduos que não se adequam às normas linguísticas dessa sociedade de controle. Assim, no âmbito linguístico há

injunções ao dizer, à fruição dos direitos da liberdade de expressão, e se manifestar na forma do seguinte imperativo: ‘Todos podem/devem falar ...mas não de qualquer jeito!’ (sob a pena de não serem ouvidos, ou de terem suas falas circunscritas, sem a promoção de maiores ecos, ou estigmatizadas). Desse modo, o fechamento, a saturação e a cisão *dentro/fora*, dos quais falam Eni Orlandi e Pedro de Souza (s.d), coadunam-se quase que indefectivelmente com as políticas do corpo e da língua da sociedade brasileira hodierna, visto ser ele mais um dos meios constituídos com vistas à segregação e ao alijamento daqueles que não atendem a um e não se enquadram num padrão normalizante/normatizante (p. 146).

Tal separação é confirmada não somente pelos elementos linguísticos presentes na reportagem, mas fica clara também pelo icônico. Na reportagem foi incluída uma pirâmide invertida em que há uma separação de níveis que o indivíduo pode alcançar na carreira, conforme tenha maior ou menor habilidade linguística e adequação à norma culta do português, estabelecendo assim uma separação. O texto relacionado à pirâmide é o seguinte:

Ascensão pelo vocabulário

O bom uso do vocabulário influi na carreira. Um estudo feito em 39 empresas americanas mostrou que a chance de ascensão profissional está diretamente ligada ao vocabulário que a pessoa domina. Quanto maior seu repertório, mais competência e segurança ela terá para absorver novas idéias e falar em público.

Executivo: 50 000 palavras ou mais

Gerente: De 5 000 a 50 000 palavras

Superintendente: De 5 000 a 50 000 palavras

Supervisor: Até 5 000 palavras

Chefe de setor: Até 5 000 palavras (TEIXEIRA, 2007, p. 88-89).

De acordo com o exposto, podemos ver que o domínio da norma e a maior habilidade linguística estão associados à ascensão profissional e, conseqüentemente, à inclusão no sistema de poder. O não domínio da norma não permite alcançar o topo e mantém os indivíduos segregados e não incluídos no mesmo sistema daquele que cresceu profissionalmente.

Considerações finais

Neste trabalho, o objetivo era analisarmos a capa e a reportagem da revista *Veja*, a fim de elucidarmos o processo envolvido na construção da argumentação pelo sujeito enunciador e como ele veicula saberes, ideologias, estabelece relações de poder por meio do discurso, tornando o discurso uma prática pela qual os sujeitos agem e/ou são compelidos a agirem socialmente.

Para realizar essa análise, adotamos as perspectivas teóricas da ACD e da ADTO que propõem uma análise discursiva embasada no reconhecimento dos mecanismos linguístico-discursivos envolvidos no processo discursivo.

Nossa análise linguístico-discursiva pautou-se na identificação da metaforização e da pressuposição, com vistas a evidenciar como o sujeito enunciador construiu seu discurso. Para compreendermos o processo de instituição do discurso como verdade e das relações de poder que o perpassam, adotamos a perspectiva de “poder” e saber-poder”, conforme discutidas por Foucault (1996).

Concluimos que, ao construir sua argumentação, o sujeito enunciador se posiciona discursivamente para defender determinada “verdade”: a importância de conhecer a norma culta do português. Para defender seu posicionamento e convencer o seu interlocutor a aceitar sua argumentação, ele utiliza determinados mecanismos linguístico-discursivos – como a metáfora e pressuposição – e icônicos que mantêm uma recorrência ao longo da argumentação, conferindo-lhe unidade discursiva e constituindo-se em elemento de poder.

Observamos que as metáforas e os implícitos se manifestaram tanto como posicionamentos discursivos convergentes quanto divergentes, representando linguisticamente o que o sujeito enunciador desejava defender em sua argumentação. No entanto, os divergentes

também estavam a favor da argumentação, uma vez que representavam a negação do dizer, a rejeição de determinado posicionamento.

No que se refere à metaforização, elucidamos como a seleção vocabular e icônica da argumentação refletia a natureza física, espacial, cultural e social da metáfora, constituindo-se em elementos relevantes para o entendimento do discurso veiculado, para a apreensão das ideologias e do poder nele manifestos, bem como para a manutenção da unidade discursiva da reportagem enquanto discurso socialmente e linguisticamente situado, destinado a determinados interlocutores.

Constatamos que, pelo discurso, o sujeito se posiciona e age sobre o outro, na tentativa de vencê-lo por meio da argumentação. Para isso, verdades e saberes autorizados são difundidos e estabelecidos no discurso, os quais se apoiam no poder de uma instituição e/ou de determinado saber que autoriza o sujeito a afirmá-los e a defendê-los.

Assim, por meio da análise da argumentação realizada, apreendemos três concepções sobre a relação “saber-poder” e “poder-saber”: 1^a) o sujeito enunciador se posiciona no discurso como aquele que sabe, mas é o saber que lhe dá poder para dizer o que diz e, portanto, torná-lo crível; 2^a) o sujeito do discurso ampara-se no saber do outro, que lhe autoriza a emitir determinados enunciados considerados como verdadeiros e de autoridade; 3^a) ter saber também é sinônimo de possibilidade de ter poder. Conforme a ideologia presente nos discursos do *corpus* analisado, quanto mais domínio do saber (a norma culta, no caso da reportagem) maior possibilidade de se ter poder (na reportagem, crescimento na carreira).

Enfim, ao construir o seu discurso, o sujeito se utiliza consciente e inconscientemente de mecanismos linguístico-discursivos e icônicos variados para alcançar seu objetivo. A sua habilidade em utilizá-los para o fim desejado proporciona a veiculação de ideologias e o estabelecimento do poder, os quais se fazem por meio do saber que ele domina ou que se apropria para esse fim, efetivando assim o seu discurso.

Referências

ASSUNÇÃO, Antônio Luiz. Discurso e representação social: o trabalho ideológico da/na linguagem, In: LYSARDO-DIAS, Dylia (org.). *Discurso, representação e ideologia*. São João Del-Rei: PROMEL/UFSJ, 2005. p. 09-23.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and late modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. 10 ed. London: Longman, 1996.

_____. *Discurso e mudança social*. Trad. (coord.) Isabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Mercado de Letras: São Paulo, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. Entre vozes, carnes e pedras: a língua, o corpo e a cidade na construção da subjetividade contemporânea. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.) *Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 133-158.

TEIXEIRA, Jerônimo. Riqueza da Língua. *VEJA*. São Paulo: Abril, ed. 2025, n. 36, set. 2007. p. 88-96.

Recebido em 15 de julho de 2011

Aceito em 10 de outubro de 2011